

**FACULDADE EVANGÉLICA DE RUBIATABA
CURSO DE DIREITO
AMANDA RODRIGUES OLIVEIRA**

**O DIREITO DE PROPRIEDADE X A PROTEÇÃO AMBIENTAL: A
POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO PELAS ÁREAS DESTINADAS A
PRESERVAÇÃO PERMANENTE**

**RUBIATABA/GO
2019**

AMANDA RODRIGUES OLIVEIRA

**O DIREITO DE PROPRIEDADE X A PROTEÇÃO AMBIENTAL: A
POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO PELAS ÁREAS DESTINADAS A
PRESERVAÇÃO PERMANENTE**

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Direito pela Faculdade Evangélica de Rubiataba, sob orientação da professa Nalim Rodrigues Ribeiro Almeida da Cunha Duvallier Especialista em Direito Previdenciário pela UNIDERP. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociedade Tecnologia e Meio Ambiente – UNIEVANGÉLICA.

**RUBIATABA/GO
2019**

AMANDA RODRIGUES OLIVEIRA

**O DIREITO DE PROPRIEDADE X A PROTEÇÃO AMBIENTAL: A
POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO PELAS ÁREAS DESTINADAS A
PRESERVAÇÃO PERMANENTE**

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Direito pela Faculdade Evangélica de Rubiataba, sob orientação da professora Nalim Rodrigues Ribeiro Almeida da Cunha Duvallier Especialista em Direito Previdenciário pela UNIDERP. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociedade Tecnologia e Meio Ambiente – UNIEVANGÉLICA.

MONOGRAFIA APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA EM 17 /04/ 2019

**Especialista Nalim Rodrigues Ribeiro Almeida da Cunha Duvallier
Orientadora
Professor da Faculdade Evangélica de Rubiataba**

**Mestra Leidiane de Moraes e Silva Mariano 1
Examinador
Professor da Faculdade Evangélica de Rubiataba**

**Especialista Edilson Rodrigues 2
Examinador
Professor da Faculdade Evangélica de Rubiataba**

Dedico o presente trabalho a minha orientadora Nalim Rodrigues Ribeiro Almeida da Cunha Duvallier, pelo apoio e compreensão para a realização do mesmo, e aos meus familiares por todo apoio.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por todas essas conquistas, pela sabedoria para a realização do presente trabalho.

Agradeço a minha orientadora Nalim Rodrigues Ribeiro Almeida da Cunha Duvallier, pela paciência e colaboração. E agradeço imensamente a minha família pela compreensão.

RESUMO

O presente estudo tem o objetivo de esclarecer sobre conflito de direitos inerentes à propriedade e ao meio ambiente, em relação às áreas de preservação permanente e a análise da possibilidade de indenização. Neste sentido, o problema central da pesquisa se firma na análise da possibilidade de indenização ao proprietário de terras em decorrência da imposição e delimitação das áreas de preservação permanente. Aborda no primeiro capítulo o estudo do direito constitucional e os princípios fundamentais, que foram elaborados através de análises e pesquisas. No segundo é tratado sobre o estudo dos direitos e deveres do proprietário, de acordo com a lei vigente. E como resposta o último capítulo trata da análise das jurisprudências, obtendo a resposta da presente pesquisa. Desenvolveu-se o estudo pelo método de pesquisa dedutivo, partindo de uma análise geral para um ponto específico, por meio da técnica de revisão bibliográfica. Como resultado final apresenta-se a impossibilidade de indenização ao proprietário em razão da limitação das Áreas de Preservação Permanente.

Palavras-chave: Ambiental; Áreas de preservação; Direito a propriedade.

ABSTRACT

The present study aims to clarify the conflict of rights inherent to property and the environment, in relation to the areas of permanent preservation and the analysis of the possibility of indemnification. In this sense, the central problem of the research is established in the analysis of the possibility of indemnification to the landowner due to the imposition and delimitation of the permanent preservation areas. The second is treated on the study of the rights and duties of the owner, according to the law in force. And in response, the last chapter deals with the analysis of jurisprudence, obtaining the answer of the present research. The study was carried out by the deductive research method, starting from a general analysis for a specific point, through the technique of bibliographic review. The final result is the impossibility of indemnification to the owner due to the limitation of the Permanent Preservation Areas.

Keywords: Environmental; Areas of preservation; Law property

Traduzido por Marleides de Oliveira Mendes – Letras Modernas: Inglês/Português.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP- Área de Preservação Permanente

CC- Código Civil

CF- Constituição Federal

RL- Reserva Florestal

LISTA DE SÍMBOLOS

§- Parágrafo

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
2	DIREITOS A PROPRIEDADE À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	13
2.1.1	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	15
2.1.1.1	Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.....	16
2.1.1.2	Princípio da Função Social da Propriedade.....	17
2.1.2	A Limitação da Propriedade	17
3	O MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO	24
3.1	DIREITO AMBIENTAL	24
3.2	PRINCÍPIOS DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE.....	27
3.2.1	Princípio do Meio Ambiente Ecologicamente equilibrado	28
3.2.2	Princípio da Supremacia do Interesse Público na Proteção do Meio Ambiente em Relação aos Interesses Privados	28
3.2.3	Princípio da Obrigatoriedade da Intervenção Estatal	29
3.2.4	Princípio da Prevenção	30
3.2.5	Princípio da Proteção da Biodiversidade.....	30
3.2.6	Princípio da Responsabilidade Pelo Dano Ambiental	31
3.3	DIREITOS E DEVERES DO PROPRIETÁRIO QUANTO AO MEIO AMBIENTE ...	31
4	ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE / PROBLEMA DA INDENIZAÇÃO DAS ÁREAS PRIVADAS	36
4.1	POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO.....	36
4.2	A Obrigação de Preservar o Meio Ambiente e o Direito de Propriedade: Cabimento ou não de Indenização	38
4.3	Análise da Jurisprência Acerca da Possibilidade de Indenização pela APP	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44

